

# Reflexões sobre a Educação de Jovens e Adultos e a formação docente

Marcélia Amorim Cardoso

Gisele de Andrade Louvem dos Passos

## Introdução

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram, por algum motivo, acesso ao ensino regular na idade apropriada. O EJA tem como objetivo tentar ou corrigir algumas questões sociais como exclusão e exploração, entre outras que geram consequências maiores, como a perigosa marginalização. A história da EJA no Brasil está muito ligada a Paulo Freire. O projeto de alfabetização que ele implementou em 1963 atendeu 380 trabalhadores em Angico-RN, repercutindo por todo o país, mas sendo sufocado pelo golpe militar de 1964.

Retornando ao Brasil após experiências de alfabetização de adultos na África e na América Latina, influenciou práticas públicas de ações educacionais. Essa proposta favorece a Inclusão econômica, social e política de indivíduos.

A inserção na realidade da Educação de Jovens e Adultos pelo estágio supervisionado ocorre devido às exigências curriculares do Curso de Pedagogia, que prevê estágios em várias modalidades de ensino. Essa atividade deve “proporcionar ao estagiário uma reflexão contextualizada, conferindo-lhe condições para que se forme como autor de sua prática” (Brasil, 2005). Nesse sentido, o estágio supervisionado em Educação de Jovens e Adultos possibilita a articulação das atividades de ensino e pesquisa e a vivência de situações reais de trabalho.

## Paulo Freire e suas contribuições para a EJA

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino amparada pela lei; é voltada para pessoas que não tiveram acesso à escola por alguma situação na idade própria. Segundo Ribeiro (2001), a alfabetização de adultos é uma prática de caráter político, pois se destina a corrigir ou resolver uma situação de exclusão, que na maioria das vezes faz parte de um quadro de marginalização maior.

No Brasil, pensar em Educação de Jovens e Adultos é pensar em Paulo Freire. O mais célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais, conhecido principalmente pelo método de alfabetização de adultos que leva seu nome, desenvolveu um pensamento pedagógico assumidamente político. Para ele, o objetivo maior da educação é conscientizar o aluno principalmente em relação às parcelas da população desfavorecidas. A educação freiriana está voltada para a conscientização de vencer primeiro o analfabetismo político para concomitantemente ler o seu mundo a partir da sua experiência, de sua cultura, de sua história. Perceber-se como oprimido e libertar-se dessa condição é a premissa que Freire (2013, p. 31) defende:

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida.

Freire mostra que é necessário na educação uma prática da liberdade; quanto mais se problematizam os educandos como seres no mundo, mais se sentirão desafiados e responderão de forma positiva, ao contrário de uma educação bancária, domesticadora, que apenas 'deposita' os conteúdos nos alunos. Para Freire, "não há saber mais ou menos; há saberes diferentes" (2013, p. 49). Defensor do saber popular e da conscientização para a participação, Paulo Freire inspirou muitos movimentos sociais que lutaram em busca da equidade social. As premissas de Freire motivam até hoje ações da sociedade civil em prol da efetivação da cidadania.

A atual política de Educação de Jovens e Adultos, fruto das reivindicações de grupos e movimentos sociais de educação popular, diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas pela Constituição Federal de 1988.

Essa Constituição incorporou como princípio que toda e qualquer educação visa o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205). Retomado pelo Art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96), esse princípio abriga o conjunto das pessoas e dos educandos como um universo de referência sem limitações. Assim, a EJA (modalidade que visa, além da escolarização, à inclusão e ao resgate da cidadania e à reparação de anos de segregação educacional) esforça-se em prol da igualdade de acesso à educação como bem social.

O Art. 37 da LDB prevê que "a educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento"; dessa forma, e se realmente acontecesse o que está previsto em lei, teríamos muito mais jovens dentro das escolas. O jovem quer trabalhar, mas faltam qualificação e oportunidades, principalmente a de concluir a Educação Básica e ter parcial domínio das novas tecnologias.

## O papel do professor em Educação de Jovens e Adultos

Paulo Freire, em suas obras visando à libertação, dá um significado especial a essa relação professor/aluno: "Para ser um ato de conhecimento, o processo de alfabetização de jovens e adultos demanda, entre educadores e educando, uma relação de autêntico diálogo".

O papel do professor é destacar a curiosidade, indagar a realidade, problematizar, ou seja, transformar os obstáculos em dados de reflexão para entender os processos educativos,

que, como qualquer faceta do social, estão relacionados com seu tempo, sua história e seu espaço.

Nesse sentido, como alerta Fonseca (2015), é fundamental que os professores conheçam os saberes e as habilidades que os alunos desenvolvem em função do seu trabalho no dia a dia e no seu cotidiano; assim, cada vez mais, os professores da EJA têm de lidar com várias situações: a especificidade socioeconômica do seu aluno abaixa a autoestima decorrente das trajetórias de desumanização, a questão geracional, a diversidade cultural, a diversidade étnico-racial, as diferentes perspectivas dos alunos em relação à escola, as questões e os dilemas políticos da configuração do campo da EJA como espaço e direito do jovem e adulto, principalmente os trabalhadores.

Portanto, a relação professor-aluno é fundamental para o processo de conscientização/libertação/conhecimento. Tudo que o professor faz em sala de aula influencia o desenvolvimento da apropriação dos conceitos. A maioria dos alunos de EJA vem de um longo e cansativo dia de trabalho e anos sem frequentar a escola; o professor precisa ter muita responsabilidade, dedicação e criatividade para que esses alunos sejam incentivados a permanecer na escola.

O professor é o mediador e incentivador de cada aluno, e o bom relacionamento, preocupação e carinho com os alunos ajudam no seu desenvolvimento intelectual, incentivando-os a continuar frequentando as aulas. Criatividade, solidariedade e confiança são essenciais na relação entre o professor e o aluno de EJA. A autoestima elevada influencia na capacidade de todos de aprender e ensinar.

## Estágio e formação

Os alunos da Educação de Jovens e Adultos apresentam um acervo de experiências muito denso. Em geral, são pessoas excluídas socialmente em processos de desigualdade escolar que os afastaram da escola e reiteraram processos profundos de analfabetismo. Encontramos jovens que ultrapassaram a idade estabelecida para o estudo diurno por sucessivas reprovações. Por serem considerados problemáticos nos turnos matutino e vespertino, ou devido ao emprego e outras questões, solicitam ou são transferidos para o turno da noite. Muitos desses jovens sentem-se fracassados e de certa forma excluídos. E esse é um dos aspectos que geram alto índice de evasão escolar nesse período.

Em contrapartida estão os adultos, idosos (empregados ou não, alguns não tiveram ainda a possibilidade do emprego formal, enquanto outros estão aposentados). No que diz respeito às mulheres, algumas em período gestacional e outras já com filhos. Nesse contexto há também avós buscando uma nova expectativa de vida após décadas de exclusão e trabalho desqualificado, entre outras questões sociais.

Tais afirmações são baseadas em nossas observações ao longo do período de estágio, em uma turma de 18 alunos do 5º ano, com duas jovens (de 18 e 19 anos) gestantes e quatro

mulheres com mais de quarenta anos, em que três são avós, sendo uma aposentada e apenas uma delas solteira e sem filhos.

O grupo masculino tem apenas um aposentado por tempo de serviço, três ainda jovens, com idade entre 18 e 20 anos (disseram não ter tido a possibilidade de emprego formal ainda). Encontramos oito homens acima de trinta anos, todos eles trabalhando (dois formalmente e seis em empregos informais).

Observamos que as experiências difíceis são o ponto comum entre essas gerações. Ambas sofrem ou sofreram graves problemas sociais gerados por desigualdade e exclusão. A característica desses alunos é buscar o letramento para dar sentido às questões básicas do cotidiano. Está embutida aí a necessidade de elevar sua escolaridade, tentar inserir-se ou manter-se no mercado de trabalho, assumindo uma identidade estudantil, na tentativa de construir uma nova identidade, a de cidadão crítico consciente capaz de utilizar a leitura e a escrita, afirmar e conquistar novos espaços na sociedade, na tentativa de diminuir o abismo que a desigualdade social cria da cidadania plena.

## Materiais didáticos em turmas de jovens e adultos

Todo o processo de aprendizagem voltado aos discentes de EJA deve ter como prioridade a contextualização da realidade. A adoção de estratégias e materiais didáticos condizentes com os interesses e necessidades dos alunos é fundamental, pois, além de tornar a aula mais dinâmica, menos cansativa e mais interessante, possibilita que os estudantes pensem sobre suas identidades e subjetividades, suas formas de ser e estar no mundo, lendo e modificando esse mundo, tendo como principais objetivos a redução das faltas, a evasão e a conscientização dos processos sociais que os excluem, das organizações estruturais que os segregam e dos processos educacionais que os oprimem.

Os materiais/procedimentos didáticos – livros, jornais, aparelhos eletrônicos ou até mesmo uma roda de conversa – devem servir aos alunos como referência para fazer comparações e análises, corrigir conceitos e estimular o interesse, a participação e a autonomia dos alunos. Uma de suas funções principais é auxiliar o aluno, possibilitando a concretização dos conteúdos estudados e, assim, a construção do conhecimento (SCHMITZ, 1993). É de suma importância ressaltar que, mesmo com toda eficácia dos materiais didáticos, estes não substituem ou diminuem o papel do professor nesse processo.

A aprendizagem dependerá da maneira como esses recursos serão passados, orientados e aproveitados ao máximo, principalmente pelo professor, que é, neste como em outros processos de aprendizagem, o facilitador. Ensinar por meio da realização de projetos interdisciplinares foi um dos recursos bastante explorados nas turmas observadas por nós. Mota (2007, p. 7) mostra que

uma das principais vantagens de trabalhar por meio de projetos é que a aprendizagem passa a ser significativa, centrada nas relações e nos procedimentos. Uma vez identificado o problema e formuladas algumas hipóteses, é possível traçar planos para os passos seguintes,

como a definição do material de apoio para a pesquisa, que será utilizado para a busca de respostas e de confirmação ou não das hipóteses levantadas.

A assimilação do assunto em desenvolvimento e a interação pessoal são resultados fundamentais desse recurso. A interdisciplinaridade presente e promovida pelos projetos permite que a visão que constrói do objeto de conhecimento seja multifacetada, possibilitando amplas e variadas interpretações e construções de conceitos, enriquecidas pelas experiências de vida.

## Considerações finais

Entendemos que a Educação de Jovens e Adultos é um direito importante e valioso, uma condição prévia para que o cidadão possa interagir com aspectos básicos da sociedade: ler livros, escrever ou entender cartazes, sentar à frente de um computador e saber manuseá-lo, votar com consciência e escrever o próprio nome em registros, ler um manual de instrução, e, tratando-se de poetas e músicos, escrever e ler seus próprios versos e notas (CURY, 2001).

Observamos que os alunos integrantes da EJA retornaram às instituições escolares não só em busca de um certificado ou diploma. Esperam muito mais do que ler e escrever, eles pretendem continuar os estudos e utilizá-los para sua formação crítica e social. Enxergam a escola como uma chance, uma oportunidade para um futuro melhor.

Após contato com os alunos dessa modalidade de ensino, alguns aspectos em nossas concepções e nossas formações são valorizados, outros modificados e alguns definitivamente extintos. Pensar que existe um tempo definido para aquisição de conhecimentos e transformação de vida é inconcebível. "Pensar em excluir o jovem e o adulto do processo de educação e sentenciá-los a uma vida de comodismo em situações difíceis como essa fosse à única saída é um dos conceitos que precisa ser extinto na sociedade" (CURY, 2001), a começar por nós que diretamente estamos ligados à possibilidade de modificar ou conduzir indivíduos à mudança de vida em sua totalidade, pois, enfim, conhecimento é transformação.

## Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP, nº 05 de 13 de dezembro de 2005.* Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf). Acesso em 22 out. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em 29 out. 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (Lei nº 9.394/96). Brasília, 20 de dezembro de 1996.

CURY, C. R. J. *Caros colegas de trabalho, prezadas professoras, alunos e alunas da Educação de Jovens e Adultos (EJA)!* Disponível em: <http://www.tvebrasil.com.br/salto/boletins2001/eja/pgm5.htm>. Acesso em 29 out. 2015.

FONSECA, Solange Gomes da. Uma viagem ao perfil e a identidade dos alunos e do professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA). *Pedagogia Online*. 2010. Disponível em: [http://www.psicopedagogia.com.br/new1\\_artigo.asp?entrID=1234#.VjNH NKrTMz](http://www.psicopedagogia.com.br/new1_artigo.asp?entrID=1234#.VjNH NKrTMz). Acesso em 25 out. 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 32ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MOTA, Amália Custódio. Projetos pedagógicos. *Jornal Mundo Jovem*, nº 373, p. 7, fev. 2007. Disponível em: <http://www.mundojovem.com.br/projetos-pedagogicos/projeto-projetos-e-interdisciplinaridade>. Acesso em 29 out. 2015.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (Coord.). *Educação para Jovens e Adultos. Ensino Fundamental – propostas curriculares para 1º segmento*. São Paulo: Ação Educativa Brasileira/MEC, 2001.

SCHMITZ, Egidio. *Fundamentos da Didática*. 7ª ed. São Leopoldo: Unisinos, 1993.